

O Congresso não quer o Plano

Não se pode dizer que seja impossível ao Congresso aprovar o Plano de Emergência elaborado sob os auspícios das presidências da Câmara e do Senado e com execução priorizada no encontro das mesmas com o presidente da República. Se



não é impossível, é no entanto improvável que esse Congresso, que recentemente rejeitou medidas de emergência determinando venda de estatais, (por coincidência as mesmas listadas agora), supressão de repartições públicas, e se recusou a examinar medida referente à demissão de funcionários, mude sua decisão sem que estejam com isso comprometidas suas bancadas e muito menos os candidatos que postulam a sucessão presidencial e recusam-se a negociar o que quer que seja com o atual governo.

O senador Nelson Carneiro, a quem se deve o esforço para chegar ao Plano, sabe que os presidentes das câmaras legislativas, se bem que prestigiados por corporações que os elevaram à sua direção, não dispõem de força política para conduzi-las a qualquer decisão que não interesse aos partidos e aos seus comandantes. As medidas preconizadas pelo Plano não serão aprovadas e se algumas delas vierem a prevalecer pode-se ter certeza de que isso decorrerá apenas da automática renovação de medidas provisórias que vierem a ser adotadas e jamais por deliberação do Poder Legislativo.

Os que não querem que se vendam casas de ministros e demais imóveis da União, os que querem ficar com as mordomias de que desfrutam deputados e senadores, e os que julgam inconstitucional por representar bitributação o pretendido imposto sobre fortunas, os que temem a privatização, podem ficar tranquilos pelo menos até a posse do novo governo. O Congresso do senador Nelson Carneiro e do deputado Paes de Andrade não vota nada. Além de só agir sob pressão, nesse caso simplesmente não quer agir, pois sua vontade política está presa à sucessão e a outras coisas. Por enquanto não sai sequer o Regimento da Câmara dos Deputados.